

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE
NA INCLUSÃO SOCIAL**

8,5

AS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR NA CIDADE DE COLNIZA/MT
Conhecendo as ações do Conselho Tutelar na cidade de Colniza no ano de
2012

ACADEMICA: MÁRCIA VICTORIANOS RONCAGLIA

marcia_victorianos@hotmail.com

ORIENTADORA: Prof.^a Ma. Marina Silveira Lopes

COLNIZA/2012

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE
NA INCLUSÃO SOCIAL**

ACADEMICA: MÁRCIA VICTORIANOS RONCAGLIA

marcia_victorianos@hotmail.com

ORIENTADORA: Prof.^a Ma. Marina Silveira Lopes

**AS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR NA CIDADE DE COLNIZA/MT
Conhecendo as ações do Conselho Tutelar na cidade de Colniza no ano de
2012**

Trabalho apresentado como requisito para a obtenção do título de Pós
– Graduação em Psicopedagogia com Ênfase em Inclusão Social.
Orientadora: Profa. Ma. Marina Silveira Lopes

COLNIZA/2012

AGRADECIMENTOS.

A Deus, pela saúde sabedoria e perseverança que me foi dada ao longo de minha vida.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram e me deram apoio até onde cheguei em especial ao meu esposo José e meus filhos Ivo e Gabriel que sempre torceram pelo meu sucesso.

À professora Marina pelos esforços que tem mostrado durante esta caminhada.

Aos professores pelo apoio e empenho em nos orientar.

DEDICATÓRIA

A Deus e aos meus familiares pela perseverança, amor à vida e à coragem para seguir em frente.

Ao meu esposo, pela dedicação e fé nessa conquista, aos meus filhos pela compreensão da minha ausência em vários momentos de suas vidas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Conselho Tutelar em <i>blitz</i> contra a pedofilia.....	22
Figura 02: Conselho Tutelar e Assistência social em <i>blitz</i>	23
Figura 03: Palestra Conselho Tutelar no PETI em Colniza.....	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Tabela Trabalho Infantil.....	17
Tabela 02: Tabela atendimentos Conselho Tutelar.....	23

RESUMO

O presente trabalho faz parte do Curso Psicopedagogia com Ênfase em Inclusão Social na Modalidade Pós – Graduação oferecida pela AJES – Instituto Superior de Educação do Vale Juruena. O objetivo deste trabalho é apresentar a inclusão social através das ações dos Conselheiros Tutelares na cidade de Colniza no ano de 2012. Orientações e acompanhamentos representam parte da tarefa realizada pelos conselheiros. Leis e normativas que embasam esse trabalho. Como o Conselho trabalha a inclusão na sociedade das crianças que não recebem dos familiares esses valores. No decorrer de todas as pesquisas notei que Leis de proteção e amparo a criança e ao adolescente existe. O Ministério da Educação apresenta ao docente Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, normas para o atendimento infantil. Leis da Educação que visa o direito da criança e do adolescente reforçam o embasamento teórico. Mas falta para a sociedade a verdadeira conscientização. A cada hora uma criança é espancada, violentada sexual até mesmo pelo membro da própria família. O Conselho Tutelar veio para que a Lei seja cumprida, atua diretamente na fonte do problema, é o intermédio entre a criança e o Ministério Público encarregado da proteção. O Conselho Tutelar em 98% dos municípios segundo dados oficiais.

Palavras-chave: Inclusão Social, Conselho Tutelar, Crianças e Adolescente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - SER CRIANÇA NO PROCESSO SOCIAL.....	12
CAPÍTULO II - O TRABALHADO DESENVOLVIDO PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO), ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (CONANDA) E CONSELHO TUTELAR.....	18
CAPÍTULO III: CONSELHO TUTELAR E AS AÇÕES NA CIDADE DE COLNIZA.....	22
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS.....	30

INTRODUÇÃO

O Brasil tem enfrentado uma grande transformação econômica e social. O governo prega uma grande revolução na economia, o fim da pobreza e avanços tecnológicos. Porém a realidade ainda é distante do desejado pelos governantes e sociedade. Diariamente jornais anunciam que crianças consomem drogas em praças públicas, menores são presos em assaltos, contrabandos e até assassinatos, pais com problemas familiares vêem nos filhos uma alternativa para atingir seus companheiros, colocando fogo, assassinando e espancando sexualmente tudo em nome da vingança do companheiro. Crianças passam a ser armas contra o companheiro. Adolescentes são mortas vítimas de estupros e namorados assassinos e ciumentos, que vêem nos fins dos relacionamentos uma razão para tal brutalidade. Vale mencionar o Bulling, uma vertente nas escolas brasileiras e por que não falar mundial.

O direito da criança e do adolescente é motivo de diversos fóruns, conferências, palestras e etc. juízes, advogados, médicos e educadores realizam diversos estudos, pesquisas sobre direitos das crianças e adolescente. Porém ainda que se crie uma lei por dia que defende a criança e o adolescente, milhares estão sujeitos a violência infantil tanto sexual como exploração no trabalho, falta de recursos para frequentar uma escola, educação especial. É um fato que assusta a cada hora uma criança é agredido, queimada, abusada pelos próprios familiares ou pessoas próximas.

A criança ao ser reconhecida como um cidadão de direitos perante a constituição e a sociedade, sendo assegurados seus direitos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e na ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tornou-se foco de atenção para entidades como o conselho tutelar que visa acompanhar famílias com problemas sociais, emocionais e financeiros que por motivos ou outro interferem no seu desenvolvimento.

O conselho tutelar, por meio de seus conselheiros tem o dever de interferir em qualquer situação em que a vida ou a integridade física da criança esta ameaça. Em Colniza o Conselho tem apresentado diversos avanços para a melhoria do atendimento da criança.

Com os direitos das crianças assegurados em Lei, ficou concentrada sob a criança toda a atenção para garantir-lhes as condições devidas de desenvolvimento e aprendizagem. Neste caminhar as entidades sociais, as instituições de educação e a família se concentraram em respeitar os direitos da criança como pessoas capazes de pensar, amar, entender e criar de acordo com a fase de vida.

No entanto os deveres ficaram quase esquecidos e quando percebemos que no processo de ensino e aprendizagem da criança necessita das noções de direitos e deveres para desenvolver as questões humanísticas, tudo desabou.

Em Colniza-MT essa situação familiar não é diferente, com a emergência de mão de obra trabalhista tanto masculina quanto feminina promove a ausência dos pais no processo de educação dos filhos, fazendo com que as crianças cresçam sem limites.

É pensando nestes conflitos de ideias, nas dificuldades de agir e na insegurança de atuar como responsáveis pela educação correta das crianças que este trabalho fez-se necessário na comunidade colnizense.

Neste trabalho vamos buscar entender por que existe uma diferença nos cuidados familiares em relação às crianças pequenas e as crianças da fase fundamental, se existe um temor dos pais ao conselho tutelar no momento de desenvolver seu papel na educação de seu filho.

Para tal levantamos os seguintes problemas: A posição da criança na história social brasileira? Como as Organizações governamentais e não governamentais que buscam a proteção infantil? O Conselho tutelar e os desafios diários para a proteção infantil?

A pesquisa foi realizada através de visita a sede do Conselho Tutelar do município, entrevistando os conselheiros de plantão. Buscando nos documentos oficiais dados das ações do órgão junto à sociedade, conhecendo os principais desafios enfrentados pelos conselheiros. Vale mencionar que todas as ações são desenvolvidas sobre o absoluto sigilo e que em nenhum momento os conselheiros divulgaram dados das crianças.

Temos por objetivos pesquisar e explorar sobre a real situação da criança na história da sociedade brasileira, investigando os desafios enfrentados pelos

conselheiros para desenvolver um trabalho que alcance o direito que a criança é garantida por Lei.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de entrevista com dois conselheiros, com alguns pais da escola infantil Raio de Sol do município de Colniza-MT e com alguns professores e fundamentado nos referencias teóricos.

Num primeiro momento fizemos levantamento bibliográfico sobre o tema abordado. Para a realização da entrevista, priorizaram-se questionários qualitativos com perguntas pré-definidas, porém desenvolvidas no decorrer da entrevista. Visto ser torna-se impossível defini-las antes, pois é o entrevistado quem direciona o seguimento do trabalho.

A abordagem aconteceu em dois momentos, sendo o primeiro momento levantado dados bibliográficos, através de artigos acadêmicos, leis, entre outros e o segundo momento entrevista com os conselheiros, conhecendo a realidade do trabalho, das crianças e dos adolescentes do município. O trabalho foi realizado com três visitas a campo, com entrevista a uma conselheira específica responsável pelo plantão e visto que a abordagem já havia inicia optei por prioriza-la, o trabalho teve auxilio de dois pais, com entrevistas informais, visto que não é permitido obter dados dos atendidos pelos conselheiros, a principal limitação encontrada durante a pesquisa foi encontrar pais consciente dos trabalhos dos conselheiros, notamos um desinteresse da população sobre o tema e principalmente não se importarem pelos conselheiros, veem apenas como um setor responsável por não permitir que os pais mal tratem os filhos. No total foram uma conselheira e dois pais informais que não quiseram ser identificados.

O trabalho conseguiu através da pesquisa de campo, entrevista e referenciais teóricos responder os questionamentos antes propostos.

A monografia estruturou-se em três capítulos. Capítulo I: Ser criança no processo Social, Capítulo II: O trabalho desenvolvido pela FAO, UNESCO, CONANDA E CONSELHO TUTELAR, e CAPÍTULO III: Conselho Tutelar e as ações na Cidade de Colniza/MT, a conclusão e as referências.

CAPÍTULO I - SER CRIANÇA NO PROCESSO SOCIAL

A criança nem sempre dispôs de direitos como os adquiridos no século XX, ela era criada para ser obediente e submissa a vontade de adultos, principalmente os pais e eram submetidas a violências físicas e psicológicas. Segundo Day *et al* (2003) no relatório sobre *Violência Doméstica e suas diferentes manifestações ao longo da história* publicado em abril de 2003, no Oriente Antigo a criança sofria violências físicas como amputações dos órgãos considerados desobedientes e punição severas.

Código de Hamurábi (1728/1686 a.C.), em seu art. 192, previa o corte da língua do filho que ousasse dizer aos pais adotivos que eles não eram seus pais, assim como a extração dos olhos do filho adotivo que aspirasse voltar à casa dos pais biológicos, afastando-se dos pais adotantes (art. 193). Punição severa era aplicada ao filho que batesse no pai. Segundo o Código de Hamurábi, a mão do filho, considerada o órgão agressor, era decepada (art. 195). Em contrapartida, se um homem livre tivesse relações sexuais com sua filha, a pena aplicada ao pai limitava-se à sua expulsão da cidade (art. 154). Em Roma, a Lei das XII Tábuas, entre os anos 303 e 304, permitia ao pai matar o filho que nascesse disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos (Tábua Quarta). (DAY *et al*, 2003, p.3).

Segundo Day *et al* (2003) no final do século XVII acreditavam que os castigos físicos ajudavam a moldar o caráter das crianças, chicotes, paus e ferros eram usados para conseguir a obediência das crianças. Os pensadores da época acreditavam e com isso justificavam suas ações que os pais deveriam cuidar para seus filhos não recebessem más influencias.

De acordo com Day *et al* (2003) acreditavam “que as crianças poderiam ser moldadas de acordo com os desejos dos adultos”. A concepção de John Locke, em sua obra intitulada *Da educação das crianças*, alertava aos pais para a importância da prevenção “como o meio mais eficaz de preservar a saúde dos filhos” e propôs também que dessem “atenção rigorosa ao desenvolvimento intelectual e à capacidade de autocontrole da criança”. (LOCKE, J. *apud* Day *et al*, 2003, p.3).

Rousseau (*apud* Day *et al*, 2003, p. 3) no século XVIII afirmava que “a criança é importante em si mesma, e não meramente como um meio para um fim”, além de sustentar que “a infância é o estágio da vida em que o homem mais se aproxima do ‘estado de natureza’” (ROUSSEAU *apud* Day *et al*, 2003, p. 3).

Na Inglaterra, em 1780, a criança recebia o mesmo tratamento que os adultos podendo até ser condenada a morte conforme o crime que cometesse. Entre 1730 e 1779, metade das pessoas que morreram em Londres tinha menos de cinco anos de idade. Somente no século XIX que as crianças passam a serem tratados com afetividade e respeito, despertando os interesses de médicos, psicólogos, doutores, professores em investir em estudos que venham a contribuir para os benefícios das crianças.

Com o passar do tempo a criança passou a ser objeto de estudo de diferentes pesquisadores e conseqüentemente começou a ser vista como ser especial que merece atenção. Na Europa, a partir de 1850, os pais antes distantes passam a tratar os filhos com carinho e proteção e sua morte são sentidas por toda a família, deixando as de luto. Surge nesse período às preces como sinal de proteção, o que aproxima mais mães e filhos.

Segundo *Projeto Ação Proteção* de Maria Aparecida Barbirato (s.n.t) a criança no século XIV não era vista com afetividade, era considerada um adulto ainda em desenvolvimento. Para ARIÈS (*apud* BARBIRATO, s/d, p. 2) “o conceito de infância entendido como um período da vida muito diferente da idade adulta é uma invenção construída ao longo da era moderna”. No decorrer da Idade Média a criança não possuía um espaço de tempo destinado para a aprendizagem, desde cedo era incorporada ao universo adulto e tratado como tal. Barbirato (s.n.t) menciona que na história social da criança, ela era vista diferente apenas no tamanho e força, para os adultos as crianças e adolescente não eram importantes, portanto não importavam com sua ausência ou presença.

A história social da família no início da sociedade moderna segundo BARBIRATO (s/d, p.4) “tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a ajuda mútua quotidiana. Mas não tinha uma função afetiva”. Ressalta ainda que o sentimento de amor entre os cônjuges e pais e filhos não era necessário, pouco importava e ninguém o exigia. Se houve era indiferente. Na Idade Média a vida era pública e não havia espaço para intimidade.

A transmissão de valores e conhecimento era adquirida na vida em sociedade entre vizinhos, criados, velhos e crianças. As crianças aprendiam o que era necessário para viver amigavelmente em sociedade. Com relação à sexualidade era mais complicado, pois de acordo com BARBIRATO (s/d, p.6) “não havia qualquer restrição ao contato físico nas brincadeiras entre crianças ou com adultos,

nem qualquer noção de privacidade na convivência”. Acreditavam que a sexualidade na infância não transmitia consequência psicológica para a criança, portanto praticavam gestos ou alusões. Para a sociedade da época por volta dos sete anos, a criança passava a ser adulta não existindo a fase da adolescência. Para BARBIRATO (s/d, p.4) “Esse aparente sentimento de indiferença com relação à criança seria decorrente de uma possibilidade muito grande de perdê-la pela morte precoce”.

A partir do século XV e XVI surgiram os primeiros sinais de afetividade com as crianças. Com o aumento do cristianismo as crianças passaram a ser batizadas e ganham uma representação central na família, sendo reconhecida como ser dependente e, portanto carente de atenção e carinho dos pais e da família em geral. Nessa época surgem às primeiras vacinas e os cuidados com a higiene pessoal e controles da natalidade ficam mais evidentes. A afetividade entre os cônjuges passam a ser necessária. A criança ganha espaço na vida familiar e a maternidade ganha um destaque especial afirma Barbirato (s/d).

No final do século XVII os costumes passam por uma brusca mudança no que se refere a criança e ao adolescente. A escola passa a representar um local destinada a educação e o aprendizado vem direto do convívio com os adultos. Segundo Barbirato (s/d, p.12) “tem início seu enclausuramento, disciplinarização e , vigilância constantes, por meio da escolarização e em decorrência do surgimento de um 2º sentimento vinculado à infância: o de fragilidade e inocência”.

O século XVIII confirmou a importância da criança na família, Barbirato (s/d, p. 13) ressalta que “os costumes vigentes passam a prestigiar o recato do comportamento, o pudor com o próprio corpo, a reserva na linguagem e o controle sobre a convivência, as diversões e até sobre a leitura adequada a crianças e adultos”.

Para a autora a honra passa ser valorizada e a proteção da honra da criança é prioridade na família, ou seja, o apego a criança passa a ser uma necessidade moral. O sentimento de proteção nasce dentro da família e mais tarde através dos grupos religiosos, os homens da lei e os moralistas. Nesse período a vida passa do espaço público para privada. A sexualidade não mais pertence ao mundo da criança devido a inocência infantil. O castigo corporal ganha espaço, tornando frequente na infância. A disciplina é usada como motivo para violência infantil.

No Brasil no ano de 1920 surgem as primeiras escolas agrícolas destinadas a criança abandonadas e moradoras de ruas, a Era Vargas marcou pelo fortalecimento da família.

destaca que, **no Brasil**, o processo de escolarização foi muito tardio e a oferta da educação pública só teve início no século XX. Ela aponta a ausência ou **desvalorização da educação** no país, juntamente com o **abandono das crianças** e o **trabalho infantil** como o tripé que sustenta uma **dessensibilização** da sociedade brasileira, para com a criança e o adolescente, desde o descobrimento até os dias atuais. (Mary Del Priore, s/d, *apud* Barbirato, s/d, p.18- sic).

As crianças vêm conquistando direitos a passos lentos na história da sociedade brasileira, e esses direitos ainda que perante a lei seja por os dois sexos, os costumes ao longo da história tem criado a menina (mulher) um espaço a parte na história do menino (homem). Para Biasoli-Alves (2000) na obra *Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX* as mulheres mantinham uma disciplina dura com as meninas baseadas em intimidação e remorsos. Pesquisas realizadas com idosas e mulheres de meia idade, que passaram a infância no final do século XIX e começo do século XX.

Evidencia um conjunto de valores presentes, de forma maciça, em diferentes camadas da população (médias e populares); alguns aplicar-se-iam indistintamente ao menino e à menina: “Respeito”, “Obediência”, “Honestidade”, “Trabalho”; mas outros seriam apenas ligados ao contingente feminino: “Submissão”, “Delicadeza no Trato”, “Pureza”, “Capacidade de Doação”, “Prendas Domésticas e Habilidades Manuais”. Esses valores recebem o rótulo de *tradicionais*, e cada grupo mostra, claramente, o que é esperado de um menino/rapaz e o que vem a ser o desejável para uma menina/moça. Ou seja, a educação não só se fazia diferente quanto propiciava que as distinções ficassem bem marcadas. (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 234).

Para que a criança seguisse essas regras cada um utilizava a técnica que melhor lhe servia. Para obter as obediências das meninas as mulheres usam três teorias desenvolvidas por elas, de acordo com BIASOLI-ALVES (2000, p.235) “Primeiramente, a existência de laços estreitos entre adultos significativos e a criança. Segundo, um “vigiar” constante que permite poucas oportunidades para a quebra das regras”. Buscavam em agressão psicológica o comportamento adequado, ou seja se a menina não se comportar como castigo a avó ficaria doente ou até morreria. A menina passa a ser vigiada constantemente para que sua honra não seja violada. BIASOLI-ALVES (2000, p.235) completa ainda que “Terceiro,

existem punições severas para tudo o que é considerado como “indesejável”, incluindo-se os excessos de “surras e cascudos”. A menina não tinha opções ou obedecia ou obedecia. A pesquisadora ainda aponta formas mais severas de controle e punição, abusos psicológicos utilizados como forma de obrigá-la a servir as regras:

1. Ameaças de retirada de afeto. Ex.: Você age assim e ninguém gosta... (Mulher, 78 anos)
2. Ameaças de abandono e solidão. Ex.: Moça assim não casa [...] (Mulher, 80 anos)
3. Castigo dos Céus. Ex.: Nossa Senhora está olhando para você e está triste [...] (Mulher, 90 anos)
4. Remorço. Ex.: Quando eu morrer, você vai ver a falta que vou fazer [...] e aí vai ser tarde demais. (Mulher, 75 anos)
5. Culpa. Eu só quero o seu bem [...] o seu pai também... o que você está fazendo é uma ingratidão [...] (Mulher, 90 anos) (BIASOLI-ALVES, 2000 p. 235)

A partir desses relatos é possível perceber que as meninas seguiam reta a obediência. Entre essas proibições Biasoli-Alves (2000) relata que os estudos também eram proibidos porque levaria às meninas a perdição. A criança no século XXI conquistou muitos direitos, porém esses não afastou uma realidade muito comum, o trabalho infantil.

O trabalho infantil predomina principalmente nas classes baixas. Onde filhos desde cedo precisam trabalhar para ajudar os pais, principalmente quando os pais são separados ou possui problemas com alcoolismo, muito frequente nas classes baixas.

A legislação brasileira - de acordo com a Emenda Constitucional n. 20 aprovada em 16 de dezembro de 1998 - proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo, no entanto, o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz. Aos adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas, e, ainda, os trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social (SCHWARTZMAN ; SCHWARTZMAN, 2004, p. 4).

Na última década o trabalho infantil ainda persiste como um grande problema social, milhares de crianças deixam de ir a escola para trabalhar em lavouras, campo ou casas de famílias, trabalham sem remuneração ou por uns miseráveis.

TABELA TRABALHO INFANTIL			
Ano da pesquisa	Ano divulgação	Quantitativo	Faixa etária
2001	2002	6.263 milhões	10 e 17 anos
Obs. 2001 havia 280 mil crianças entre 5 e 9 anos trabalhando de alguma forma			
2007	2008	4,8 milhões	05 e 17
Obs. Desse total, 1,2 milhão estão na faixa entre 5 e 13 anos			

Tabela 01: O trabalho infantil no Brasil

Fonte: SCHWARTZMAN, S; SCHWARTZMAN, F.F. (2004)

A tabela 01 mostra o trabalho infantil em dois tempos, dados de pesquisa realizada em 2001 e 2007 com forte redução do trabalho infantil, porém com altos índices de crianças sendo submetida a trabalho muito das vezes escravos. O trabalho infantil marca a história da sociedade brasileira com explorações e abusos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A história social brasileira apresenta diferentes fases vividas pelas crianças. É correto afirmar que a criança tem e muito a conquistar para que realmente haja um respeito por ela. Os castigos físicos, psicológicos e morais, o trabalho infantil entre outros marca uma fase que precisa ser abandonada, mas não apagada. As organizações governamentais e não governamentais desenvolvem um trabalho limpo e transparente que busca em suas ações mudar essa realidade.

CAPÍTULO II - O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO), ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (CONANDA) E CONSELHO TUTELAR.

As crianças vivem em uma realidade nada singular, mundialmente crianças são espancadas, maltratadas e assassinadas. Diante dessa realidade, governantes buscam soluções para esse mal. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) compõem os grupos internacionais de apoio infantil, no Brasil o Conselho Tutelar é o responsável por essa proteção. Atualmente as crianças contam com associações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais que buscam soluções para o trabalho escravo infantil, abusos sexuais e físicos.

A FAO (2012) mostra que mais de 130 mil rapazes e meninas, entre cinco e 17 anos, estão envolvidos na agricultura, criação de gado, pescas e florestas no Brasil. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, OIT, existem cerca de 215 milhões trabalhadores infantis em todo o planeta.

A Organização Internacional do Trabalho, OIT, afirma que grande parte das crianças envolvidas no trabalho infantil exerce tarefas perigosas. Apenas uma em cada cinco é paga.

A UNESCO fundada em 16 de Novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. O objetivo principal da UNESCO é reduzir o analfabetismo, pela qualificação de professores e criação de escolas em locais isolados. Possui a sede em Paris na França com representações mundiais.

No Brasil, a UNESCO ocupa-se com crianças de baixa renda, procurando por meio do social erradicar a pobreza, o trabalho infantil, abusos e analfabetismo. Segundo a organização é perceptível desigualdade no acesso à educação e nos resultados educacionais das crianças, dos jovens e adultos que não conseguiram terminar seus estudos. Para a UNESCO as dificuldades raciais e étnicas são as

mais comum no Brasil, atingindo a população indígena, africana, quilombola, a população carcerária e a zona rural.

A UNESCO representa uma sociedade internacional que visa contribuir para uma sociedade digna, onde crianças tenham acesso a escolas de qualidade, a fome não seja empecilho para o aprendizado. Segundo ela, o Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os *Objetivos de Educação para Todos* até 2015, apesar de ter apresentado importantes avanços no campo da educação ao longo das duas últimas décadas. Incumbida do Programa *Educação para Todos* (EPT), o Brasil apresentou avanços significativos, porém não atingiu a meta necessária para comemoração

- Acesso ao ensino fundamental está quase universalizado, com 94,4% da população de 7 a 14 anos incluídos nesse nível de ensino.
- A proporção de jovens na idade própria que se encontra no ensino médio é mais que o dobro da existente em 1995, mostrando expressivo avanço no acesso à educação secundária.
- Redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos.
- Aumento no acesso ao ensino superior. (UNESCO, Educação para todos no Brasil, 2012).

A UNESCO apresenta a sua área de atuação contribuindo para a harmonização das estatísticas educacionais brasileiras e disseminando-as em escala mundial uma vez que enfrenta problemas para atingir a educação básica de qualidade para todos, a erradicação da pobreza, a redução da mortalidade infantil, o controle do crescimento populacional, atingir a igualdade de gênero e assegurar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia.

No Brasil o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) criado pela Lei nº 8.242 em 12 de outubro de 1991 colegiado pelo poder público e organizações não governamentais em defesa da criança e do adolescente com 28 integrantes titulares com funções não remunerada.

Destacam-se entre as deliberações os Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil, de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, o de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (este numa iniciativa pioneira com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS) e um Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo. (BRASIL, MDCF, 2006)

O Conselho Tutelar, constitui-se num órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução nº 113 do CONANDA), criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, para acelerar o atendimento prestado à população infanto-juvenil. Ambos trabalham em apoio à infância sendo o CONANDA a nível nacional e o Conselho Tutelar municipal, estando em quase cem por cento das cidades brasileiras.

O CONANDA foi criado devido a mobilização social, onde a sociedade deixou de ser expectador para ser ator das decisões que envolve o coletivo, a partir daí muitas conquistas de diversos conselhos entre eles o de proteção a criança e o adolescente. Depois de quase três décadas a criança ainda é violentada pela própria família. Porém não se pode apenas lembrar-se dos fracassos, nos últimos anos a sociedade brasileira tem entrada em choque com o descobrimento de tanto caso que os próprios filhos são violentados pelos pais.

O Conselho possui cada vez mais credibilidade e são acionados com mais frequência, o assunto é amplamente abordado em palestras escolares, postos de saúde e na vida cotidiana da sociedade, onde antes se dava lugar ao tabu, hoje as mães não admitem e buscam socorro para seus filhos. É notório o crescimento do CONANDA atingindo quase cem por centos dos municípios brasileiros.

O CONSELHO TUTELAR é um órgão federal que está sobre a responsabilidade de poder municipal, é obrigatório cada município ter pelo menos uma unidade de atendimento 24 horas. O Conselho é formado por cinco conselheiros e toda decisão tem que haver a aprovação de no mínimo de três, não é permitido que apenas um decida pelo grupo. O CEDCA-MT (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) atribui aos Conselheiros às seguintes funções:

Art.136. São atribuições do Conselho Tutelar: I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III – promover a execução de suas decisões entre outras. Mantido pelo poder público municipal pode Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. (BRASIL/ECA ,1990).

O Conselho tutelar dentre os órgãos citados é o único que atua em base municipal, os demais possuem representantes, mas com atuações mais divulgadas nacionalmente. O capítulo três pretende abordar o trabalho desenvolvido pelo conselho tutelar com importantes ações para toda a comunidade.

CAPÍTULO III - CONSELHO TUTELAR E AS AÇÕES NA CIDADE DE COLNIZA.

Na cidade de Colniza o Conselho Tutelar atua ativamente em palestras em escolas das zonas rurais e urbanas, orientação, acompanhamento de crianças e pais que necessitam de atendimento especializado. Em entrevista com o conselheiro Tutelar municipal ressaltam que na cidade de Colniza há muitos casos que necessitam da intervenção do conselho, em média o conselho realiza cinquenta atendimentos semanais, todos sobre o mais absoluto sigilo.

Existem casos que vão desde vagas para crianças que querem e estão na idade de estudar até violência sexual. Infelizmente há alguns casos em Colniza que precisam da investigação mais rigorosa para efetivar a exploração sexual. Quando o Conselho se depara com casos dessa natureza o Ministério Público é acionado e acontece a parceria Polícia Civil, Ministério Público e Conselho Tutelar.



Figura 01: Conselho tutelar em *blitz* contra a Pedofilia
Fonte: Prefeitura Municipal de Colniza, 2012.

Vemos na figura 01 a Prefeitura de Colniza, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) realiza *Eventos Contra a Violência Sexual Infanto-Juvenil* por meio de passeata e audiência pública sobre o tema, de 2010 a 2012 conta com a participação do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente realizando paradas obrigatórias com distribuição de panfletos, adesivos e uma fita demonstrativa de apoio contra a violência sexual de crianças e adolescentes em Colniza. Com o tema *Quebrando o silêncio contra o abuso e a*

exploração sexual de crianças e adolescentes - não ver é fazer parte do problema o conselho tutelar registrou sua presença no evento no ano de 2012.

Em trabalho conjunto com a Secretaria de Ação Social o Conselho Tutelar realizou o 3º *pit-stop*. Quando a população não vai até a informação, ela tem que vir até o cidadão, e este são mais um desafio enfrentado pelo Conselho e a Assistência Social. No Brasil a cultura do povo é não ir a procura de informação, onde crianças e mulheres por falta de maior informação até mesmo temendo pela própria vida, isolam e permitem que sejam humilhadas e espancadas, e com este projeto a população esta de alguma forma tendo mais conhecimento sobre o caso.



Figura 02: Conselho Tutelar e Assistência Social em *blitz do bem*.
Fonte: Prefeitura Municipal de Colniza, 2012.

Na figura 02, com o apoio da prefeitura Municipal de Colniza, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a equipe do Conselho Tutelar realizou em 23/03/2012 uma palestra nas dependências do conselho com o objetivo de promover a conscientização sobre o trabalho realizado pelo Conselho Tutelar no Município.

Dezenas de crianças e adolescente do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), na faixa etária de 06 a 15 anos, tomaram conhecimento sobre a função dos conselheiros, as crianças receberam orientações sobre seus direitos e deveres, além de uma explanação sobre o ECA. A coordenação do PETI no município de Colniza vem promovendo um ciclo de palestras informativas e educativas com lideranças comunitárias para as Crianças e Adolescentes. De acordo com a professora Marilucia, as crianças tinham uma imagem distorcida,

receio e até mesmo medo do Conselho Tutelar, elas achavam que o Conselho tinha o trabalho de puni-las e não protegê-las. “Com essas orientações tentamos mostrar a verdadeira função do Conselho, que é protegê-las em casos de riscos, hoje as crianças sabem que o principal dever do Conselho é zelar pelo bem estar dela”, afirmou a professora.



Figura 03: Palestra Conselho Tutelar no PETI em Colniza.
Fonte: Prefeitura Municipal de Colniza, 2012.

Vemos na figura 03 palestra para crianças atendidas pelo programa do PETI realizada pelas conselheiras tutelares do município.

Tabela atendimentos conselhos tutelares		
Casos	Ação	Total
Orientação	Encaminhar órgão responsável.	203
Violência sexual	Ver procedimento adequado e executar	128
Alcoolismo até 18 anos	Ver procedimento adequado e executar	104
Maus tratos	Encaminhar órgão responsável e monitoramento.	95
Violência Psicológica	Monitoramento	09
539 casos atendidos até novembro de 2012		

Tabela 02: Atendimento Conselho Tutelar.
Fonte: Conselho tutelar municipal, 2012.

Conforme tabela 02, o conselho tutelar atende em media, 05 a 10 atendimentos diários. Segundo dados coletados durante a entrevista entregue pelos conselheiros tutelares o caso mais comum atendido no órgão é orientação sobre tutela de filhos após separação dos cônjuges, informações sobre vagas de

crianças em creche, pré-escola e escola o que é encaminhado diretamente ao Ministério público.

O conselho tutelar realiza a pedido ou por denúncias visitas as residências para constatar maus tratos, ou por negligência dos pais onde a criança esta sem ir à escola ou até precisando de atendimento médico, nestes casos compete ao conselho orientar a família e encaminhar a criança para a Secretaria competente sendo ela saúde, educação entre outras. Os conselheiros enfatizam que é o seu dever requisitar serviços e acompanhar o seu desenvolver, e assim trabalha o conselho municipal.

Colniza não possui muitos casos em que é preciso retirar a criança da guarda da família, é dever do órgão acompanhar a situação da criança e se essa encontra em situação de risco, o conselho entra como proteção a integridade da criança solicitando ao poder publico a retirada da criança da família, felizmente segundo as conselheiras não é comum acontecer.

Os casos mais graves enfrentados neste ano segundo o órgão são os casos de violência sexual e alcoolismo de jovens de até 18, que vem crescendo de forma exorbitante no só no município como em todo Brasil.

Sobre a violência sexual o conselho trabalha com palestras de prevenção, tanto com as mães quanto com as crianças para evitar que o agressor consiga atingir a vitima. Afirmam que o que puderam observar durante o tempo que vem cuidando do assunto no município, que o número de casos vem aumentando de forma assustadora considerando um município com 27 mil habitantes e que os agressores possuem perfil comum.

“Os agressores são homens na maioria amigo da família, alguém dita de confiança com liberdade para entrar na casa, tem muitos casos em que o pai, tio, primo e avô são os próprios agressores e para que a criança não conte nada a ninguém ela pode ser conquistada com doces, balas e presente e quando acontece o ato de fato a criança tende a contar a uma coleguinha que conta para um adulto, a mãe e até a professora. Para que se concretize a violência sexual não é preciso que aconteça o ato sexual, uma caricia também pode caracterizar com violência sexual elevar o agressor a cadeia, este ato caracteriza como ato de proteção para evitar que a criança sofre a violência do ato sexual”. (CONSELHEIRA S.).

O alcoolismo é um dos casos mais crescente no município e no Brasil em geral, nestes casos o conselho requisita a policia a investigação do estabelecimento

que descumpra a lei e encaminha o adolescente para a sua família. Cada dia que passa a criança e o adolescente está ingerindo bebidas mais cedo, isso acontece no meio da família primeiramente, os pais em primeiro momento acham bonitos e não pensam nas conseqüências que pode ser desastrosa. É preciso uma casa de recuperação que ainda não tem no município.

As formas mais comuns de denuncia são os disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, número nacionalmente divulgado e onde o denunciante pode ficar inteiramente anônimo e através do telefone 190 Policia Militar da policia que também ajuda e muito o conselho.

Para o conselho o trabalho desenvolvido pelo órgão tem surtido efetivo na sociedade, recentemente através da parceira do Conselho Tutelar com o Ministério Público a comunidade conhecida como “Beiradeiros” comunidade que vive as margens do Rio do Roosevelt e dependiam de subir o rio em canoas para estudar do distrito do Guariba conquistaram uma sala anexa onde o professor vive na própria comunidade, essa foi a maior conquista segundo os conselheiros, pois as crianças estavam enfrentando riscos e agora estudam na própria comunidade.

“Sobre nosso trabalho é bem aceito pela população, cerca de 85 a 90% de aceitação, somos maus recebidos quando é pelo agressor em questão”.
(CONSELHEIRA J.)

Para que este órgão desenvolva um bom trabalho é preciso parcerias entre Ministério Público, Prefeitura e Secretarias Municipais, Policia Civil e Militar. Toda a ação é dentro da lei, o conselho menciona o artigo 36 do Estatuto da Criança e do adolescente, onde as competências do órgão que é de requisita e não executar. O artigo 227 da Constituição e 236 do ECA que fala do zelar pelo direito da criança.

CONCLUSÃO

Para que a Lei seja cumprida e para que toda a criança tenha acesso o que lhe é garantido trabalha o Conselho Tutelar. É um trabalho às vezes silencioso, pois todos os atendimentos são sigilosos preservando a integridade da criança. É através desse trabalho que diariamente crianças são livres até da escravidão. Seja na rua, dentro de casa, onde uma criança estiver precisando de ajuda estão os conselheiros tutelares.

Em Colniza o Conselho Tutelar vem desenvolvendo um trabalho de conscientização, prevenção e apoio a crianças que sofrem agressão, abusos físicos e mentais. Os conselheiros alertam para o crescente caso de abuso sexual infantil e alcoolismo na adolescência principalmente nas madrugadas da cidade, segundo dados de ocorrência nos últimos quatro meses aumentaram o número de adolescente de até 18 anos que vão as festas e embriagam e vagam pelas madrugadas na cidade, colocando vidas em risco, visto que o alcoolismo representa um dos piores desafios enfrentados pelos órgãos públicos e a causa de muitas mortes.

A sociedade a cada dia acredita mais no trabalho dos conselheiros e buscam essa proteção. As crianças por sua vez aprendem na escola, quais são seus direitos e deveres e através de palestras e conselhos na escola é possível identificar a criança vitima de violência doméstica.

Hoje ela é o centro da família, sendo tratada com amor e carinho, ainda que barbaridade aconteça, a criança é vista com ser humano para ser protegido. O Estado é o maior responsável para assegurar a criança que seus direitos sejam cumpridos, com a evidência de pouco estímulo em solucionar os diversos problemas encontrados, as Organizações governamentais e não governamentais desenvolver um trabalho que visa suprir a necessidade deixada pelo Estado maior.

Partindo dos objetivos de pesquisar e explorar sobre a real situação da criança na história da sociedade brasileira, investigando os desafios enfrentados pelos conselheiros para desenvolver um trabalho que alcance o direito que a criança é garantida por lei, este trabalho pesquisou e norteou sua base com dados reais, buscando direto da fonte o conselho tutelar municipal.

Durante a pesquisa de campo notamos que o conselho municipal tem trabalhado incansavelmente buscando resolver os diferentes conflitos do dia a dia, sendo através do Ministério Público local, policia civil e militar sempre procurando garantir à criança e o adolescente a proteção que ela necessita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 269 p. V.1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de mundo**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 269 p. V.3.

BRASIL. CONANDA – **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. RESOLUÇÃO Nº. 139, DE 17 DE MARÇO DE 2010.

EDUCACIONAL. **O Mapa do Trabalho Infantil no Brasil**. Disponível em: http://www.educacional.com.br/reportagens/criancasdobrasil/trabalho_infantil_mapa.asp Acesso em: 23, ago, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 30, ago, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Representação da FAO no Brasil. **Mais de 130 milhões de crianças trabalham na agricultura, alerta FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org/m130mctaaFAO.asp> Acesso em: 24, ago, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Representação da UNESCO no Brasil. Educação Inclusiva no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/> Acesso em: 24, ago, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Representação da UNESCO no Brasil. Educação para Todos no Brasil**. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/education-for-all/#c169226> Acesso em: 24, ago, 2012.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3, p. 233-239. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf> Acesso em: 24, ago, 2012.

DAY, V. P. *et al.* **Relatórios Violência doméstica e suas diferentes manifestações.** R. Psiquiatr. RS, 25 (suplemento 1): 9-21, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1> Acesso em: 24, ago, 2012.

BARBIRATO, M. A. **Ação e Proteção.** Módulo Sobre Infância -Adolescência – Sexualidade. (s.n.t.). Disponível em: http://promenino.org.br/Portals/0/infancia_acaoprotecao.pdf Acesso em: 24, ago, 2012.

SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN. Versão 2 Junho de 2004. **O Trabalho Infantil no Brasil.** Instituto de Estudos do Trabalho e Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. [S.l: s,n]. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf Acesso em: 24, ago, 2012.

ANEXOS

- **Entrevista com o Conselho Tutelar Municipal:**

DADOS DA IDENTIFICAÇÃO:

Nome: **S. S. S.**

Idade: 25

QUAL A FUNÇÃO DO CONSELHO TUTELAR?

Garantir direitos da Criança e Adolescente, orientar pais e filhos, palestras ao educando, informando e conscientizando sobre os tipos de violência e os direitos de todas as crianças.

COMO ACONTECE A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS?

O Candidato faz a inscrição para o teste seletivo, se aprovado é submetido a investigação judicial após aprovação é realizado uma eleição com os candidatos aprovados, sendo escolhidos cinco ativos e cinco suplentes com mandatos de três anos.

COMO É A RELAÇÃO CONSELHO x COMUNIDADE?

O Conselho trabalha tem o dever de proteger o menor e garantir que seus direitos serão respeitados. Em Colniza além dos acompanhamentos e orientações aos pais e ao menor, trabalhamos com a prevenção através de palestras, passeatas, apresentações teatrais dessa forma a criança que se vê nessa situação estará mais informada e consciente e assim poderá recorrer com mais facilidade a quem possa ajudá-la. Há aplicação de palestras nas escolas tanto na zona urbana como na zona rural, na Educação e na Saúde.

QUE LEI AMPARA O CONSELHO TUTELAR?

Trabalhamos de acordo com o CONANDA (Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança e do Adolescente) e o CEDCA-MT (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

QUAIS OS PRINCIPAIS CASOS ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR?

Orientação sobre serviços, tutela de filhos após separação dos pais, guarda, vagas em instituição de ensino. Denúncia de violências sexuais, alcoolismo e maus tratos entre outras.

RELATE O DIA A DIA DO CONSELHO?

Colniza possui cinco conselheiros, sendo cinco ativos e cinco substitutos obrigatoriamente. O conselho atende a mais de 50 casos semanais que pode ser uma orientação ou até acompanhamento, tudo é feito em um absoluto sigilo. Todas as ações são registradas em Livro Ata. É um órgão federal mantido pelo poder municipal.

No Brasil Crianças e adolescentes são expostas diariamente a violência dentro e fora de casa. Psicólogos e sociólogos buscam entender a mente de criança vítima de abusos. Governantes procuram soluções para esses problemas e o Estatuto da criança e do adolescente é um importante instrumento para a proteção infantil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um estatuto que visa garantir tratamento com atenção, proteção e cuidados especiais para todas as crianças e adolescentes em seu processo de desenvolvimento como cidadãos conscientes e participativos do processo inclusivo. Este trabalho exige uma parceria com a instituição familiar, escolar e social.

É uma Legislação avançada voltada à Doutrina De Proteção Integral à criança e ao adolescente adotada pela Constituição Federal (art.227, caput), que dispõe em suas preliminares os seguintes direitos

Art. 2.º Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 3.º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4.º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2008, p. 9).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal Nº 8.069), promulgada em 13 de Julho de 1990, foi um grande avanço. Antes crianças e adolescentes eram vistos como propriedades dos pais, não tinham sentimentos próprios, não sabiam o que queriam e nem tinham que querer nada, eram privados de sua infância e

espancados pelos pais. Hoje, porém, eles são sujeitos de direitos como os demais cidadãos.

No artigo 17 do ECA (2008), está assegurado o direito ao respeito, a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

O ideal na implantação e implementação dos direitos da criança será a educação, mediante um processo de conscientização de cada um de nós, do professor, da família, de amigos, do Estado, de instituições da criança quando da extensão de afetos, respeito e dedicação à criança, a fim de construir adultos que se tornem pessoas capazes de construir vínculos duradouros nos seus relacionamentos. (PEREIRA e CINTRA, 2008, p.25)

O artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (2008), afirma que é dever de todos velarem pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Segundo o ECA (2008), em seu artigo 19, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. No artigo 22 incumbe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

No que se refere ao direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer o ECA (2008) em seu artigo 53 afirma que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A criança pequena também tem seus direitos educacionais preservados no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, visando orientações didáticas pedagógicas que contribuem para a sua formação.

Baseado em Pereira e Cintra (2008), O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil orienta que o brincar como forma particular de expressão, pensamento, integração, comunicação infantil, socialização e outros, poderão auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.